



## **ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FEMINIZAÇÃO DOCENTE**

**Sofia Bonuccelli Heringer Lisboa**

Graduanda em Pedagogia na FE-UNICAMP

**Aparecida Neri de Souza**

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC) da FE-UNICAMP

A pesquisa desenvolvida no segundo semestre de 2019 visou compreender a organização e as condições de trabalho de mulheres professoras na Educação Infantil em instituições escolares públicas na cidade de Campinas. Ela foi interrompida pelo fato de eu ter sido contemplada com uma bolsa de mobilidade estudantil pela Unicamp para estudar na Universidad de Buenos Aires (UBA) no primeiro semestre de 2020. Portanto, apresentarei a pesquisa desenvolvida a partir de análise de bibliografia sobre trabalho docente e relações de gênero, numa perspectiva histórico-sociológica.

A pesquisa teve sua origem na constatação de que há uma predominância de mulheres trabalhando na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que, à medida em que os níveis de ensino avançam, o percentual de mulheres professoras diminui. Como e por que se deu o processo de feminização da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Como esse processo se manifesta atualmente? Há uma naturalização da ideia que educar e cuidar de crianças é um ofício de mulheres? Há relação entre as concepções de ser mulher e ser professora? Como a divisão sexual do trabalho se expressa nas condições e na organização do trabalho docente na Educação Infantil?

Para compreender o processo de feminização do trabalho docente foi necessário recorrer à história da educação e do trabalho de professores e professoras.

Apresentaremos como a Educação Infantil se tornou um espaço privilegiado de trabalho de mulheres, de acordo com a bibliografia analisada.

Segundo Magda Chamon (2006), o processo de feminização da docência é um fenômeno que aconteceu em todos os países capitalistas no mundo ocidental desde a metade do século XIX e foi marcado por dois movimentos interligados: o primeiro foi a constituição da sociedade salarial no capitalismo industrial, com exigências de ofícios e profissões para um mundo industrializado. Isto resultou na ampliação dos sistemas educacionais destinados a formação de trabalhadores e trabalhadoras e, conseqüentemente, na criação um novo mercado de trabalho. O segundo foi o acesso das mulheres à educação escolar com a ampliação dos sistemas educacionais. Nesse contexto, a educação e a profissão docente vivenciaram mudanças significativas.

No Brasil, até o século XIX, as mulheres eram excluídas da esfera pública, portanto, não tinham acesso ao trabalho realizado fora da esfera privada ou doméstica (CHAMON, 2006). Até então, as mulheres pertencentes às elites políticas e econômicas do país eram educadas nos domicílios ou em instituições religiosas. Após a independência do Brasil em 1822, como projeto de construção do Estado Nacional, foram sancionadas leis que criavam o ensino elementar público e gratuito. Isso não apenas possibilitou que as mulheres passassem a frequentar essas escolas como também gerou a necessidade de formação de professores e professoras.

Para suprir essa necessidade, foram abertas Escolas Normais em todo o país, escolas voltadas à formação docente. A primeira delas foi criada em 1835, porém, no estado de São Paulo, o acesso das meninas às Escolas Normais ocorreu apenas em 1875. Além da formação tardia, as meninas só tinham direito ao ensino primário e não podiam continuar seus estudos nas escolas secundárias. Disso decorre que a ascensão profissional para as mulheres na docência era muito difícil, o que as confinava no magistério primário (RABELO e MARTINS, 2010), e que nas demais etapas de ensino e na gestão escolar predominava a presença masculina.

O apelo às mulheres era feito com o discurso de vocação e de missão civilizatória e patriótica (CHAMON, 2006). Com esse discurso, consolidava-se o ideário de que o cuidar de crianças e instruí-las era um atributo feminino, uma tarefa para pessoas virtuosas e que se realizavam no amor pela profissão e não nas recompensas materiais (*ibidem*). Tal naturalização adentrou o período republicano e permanece viva até os dias atuais.

O discurso oficial enfatizava que ensinar crianças era um atributo feminino, era um trabalho para virtuosos, cujas ações deveriam se pautar no amor e não nas recompensas materiais. Representantes oficiais e militantes do partido republicano

afirmavam ser o magistério uma profissão para vocacionados, devendo dela se afastar aqueles que não simbolizavam o amor ao trabalho de ensinar. (CHAMON, 2006, p. 9)

A expansão da entrada de mulheres no magistério está associada às condições de trabalho mais precárias, com baixa remuneração e com menores possibilidades de ascensão na carreira. A perda de prestígio do magistério é decorrente dessas condições precárias de trabalho e do rebaixamento salarial, bem como da estratificação da carreira docente (nos níveis mais elevados e em determinados campos do conhecimento há mais homens) e da reprodução de desigualdades e estereótipos de gênero.

Por mais que a educação brasileira tenha passado por mudanças, a feminização do magistério se mantém notável. A contínua desvalorização da professora que trabalha com crianças sinaliza que as atividades de cuidado ainda são vistas como vocação feminina, como um atributo natural das mulheres, colocando em xeque o conceito de trabalho profissional. Concluindo, é preciso questionar as concepções de que há atribuições masculinas e femininas relacionadas ao trabalho docente na Educação Infantil. É preciso desconstruir que cuidados e afetos se ligam às mulheres e superar as naturalizações. O sentido social da profissão docente na Educação Infantil está para além do trabalho dito “feminino”, ele é construído social e historicamente.

### **Referências bibliográficas:**

CHAMON, Madga. Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais. **VI Seminário da REDESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Disponível em: <[http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd\\_viseminario/trabalhos/eixo\\_tematico\\_1/trajetoria\\_de\\_feminizacao.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf)>. Acesso em: 07/11/2019.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. **Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Aveiro, pp. 6167-6176, 2010. Disponível em <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>> Acesso em 29/10/2019.